



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº : 13128.000130/2001-47
Recurso nº : 131.140
Acórdão nº : 301-32.238
Sessão de : 20 de outubro de 2005
Recorrente(s) : BUNGE ALIMENTOS S/A.
Recorrida : DRJ-BRASÍLIA/DF

Tributabilidade de ITR - 1994. Nulidade. Aplicação do inciso IV, do artigo 11, do Decreto nº 70.235/72. Nulidade por vício formal reconhecida.

PROCESSO ANULADO *AB INITIO*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, anular o processo *ab initio*, por vício formal, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente

SUSY GOMES HOFFMANN
Relatora

Formalizado em: 07 DEZ 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Carlos Henrique Klaser Filho, José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, Irene Souza da Trindade Torres, Atalina Rodrigues Alves e Valmar Fonsêca de Menezes.

Processo nº : 13128.000130/2001-47
Acórdão nº : 301-32.238

RELATÓRIO

Cuida-se de impugnação de Auto de Infração, de fls. 01/08, no qual é cobrado o Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural – ITR, relativo ao exercício de 1994, sobre o imóvel denominado “Projeto Refl. Cristalina”, localizado no Município de Cristalina – GO, com área total de 1.919,5 ha, cadastrado na SRF sob nº 4778538.1, perfazendo um crédito tributário total de R\$ 13.939,15.

Segue na íntegra, relatório processual apresentado pela 1ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal de Brasília – DF, fls. 80/87:

Às fls. 01/05, após indeferimento da SRL anteriormente apresentada, cópia de fls. 06, a interessada impugnou o referido lançamento – ITR-94. Apoiada nos documentos de fls. 21/38, alegou o seguinte, em síntese:

a área de 1919, 5 há é fruto da junção de duas porções distintas mas contíguas: a) área de 1.375,9 ha, desmembrada na área maior contendo 2.570,9 ha, adquiridos da empresa Rebrace Reflorestamento do Brasil Central Com. e Ind. LTDA, em 02/05/1996, e b) área de 543,6 ha, desmembrada de área maior contendo 774,4 ha, adquiridos das Agropecuárias São Marcos LTDA, na mesma data;

a adquirente Ceval Alimentos apresentou a DITR/1996 em cadastro único, que resultou numa área total de 1919,5 ha, sob nº 4778538-1 nascendo daí um novo imóvel, com nova situação cadastral, desaparecendo os registros anteriores;

nos termos dessa decisão (SRL) deve ser revista notificação de lançamento emitida contra Ceval Alimentos S/A, fazendo incidir imposto sobre a área de 543,6 ha, visto que sobre a área de 1375 há o ITR já foi pago pela alienante;

o Fato Gerador do ITR, para o exercício de 1994, ocorreu em 01/01/94, quando ainda vigia a Lei 4504/64, assim, a Lei 8847/94, de 28/01/1994, não poderá incidir sobre fatos já consumados sob a égide de outra legislação, contrariando assim aos



Processo nº : 13128.000130/2001-47
Acórdão nº : 301-32.238

princípios constitucionais da irretroatividade e da anterioridade da lei tributária;

o lançamento tributário é espécie do ato administrativo plenamente vinculado, deve ser devidamente motivado, com indicação de dispositivo normativo aplicável ao fato descrito pela autoridade lançadora, sendo que sua falta ou indicação incorreta importa em nulidade sanável, por falta de motivação, citando (Meirelles, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 15ª edição. P 174), e

também a IN/SRF nº 16/95 padece do mesmo vício de ilegalidade, posto que foi fundamentada na Lei nº 8847/94, que ainda não estava em vigor para aplicação do ITR do exercício de 1994;

a citada da IN/SRF também não respeitou os princípios constitucionais da irretroatividade e anterioridade da lei tributária, pois foi editada após 31/12/1993, e

destarte, o VTN constante dessa instrução normativa 16/1995 não pode ser considerado para efeito de cálculo de ITR, do exercício de 1994, porque fundada em lei que ainda não estava em vigor na data do fato gerador e a IN não respeitou os princípios constitucionais da irretroatividade e anterioridade da lei tributária.

Para evitar a hipótese de bitributação em relação as áreas parciais adquiridas das empresas Rebrace Reflorestamento (1.375,9 há) e Agropecuária São Marcos (543,6 ha), e a regularização dessas áreas pela empresa interessada, no que se refere ao pagamento do ITR, dos exercícios 1994, 1995 e 1996, o presente processo retornou a DRF, em Anápolis-GO, para as providências indicadas às fls. 50/52.

Nessa oportunidade, através da intimação Secat nº 02/2003, cópia de fls. 53/54, a empresa interessada foi intimada a apresentar, para fazer prova a seu favor, "Laudos Técnicos de Avaliação e Vistoria", emitidos por profissional habilitado, e cópias das



Processo nº : 13128.000130/2001-47
Acórdão nº : 301-32.238

certidões do Cartório de Registro de Imóveis de Cristalina – GO, referentes às aquisições das referidas áreas parciais. Em atendimento apresentou a correspondência de fls. 62/64, acompanhada dos documentos de fls. 65/77. Em síntese, justifica a não apresentação dos “Laudos Técnicos” solicitados, ratificando integralmente as razões expedidas na impugnação de fls. 01/05.

É o relatório.

Ato contínuo. Segue julgamento da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, nos seguintes termos da Ementa, fls. 80/81:

Assunto: Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR

Exercício de 1994

Ementa: Da fundamentação legal do lançamento – ITR/94.

A Lei nº 8847/94, publicada no DOU do dia 29 seguinte, resultou da conversão, com alteração da Medida Provisória nº0399, de 29/12/93, publicada no DOU de 30 seguinte, tendo sido observado, portanto, o princípio previsto no artigo 150, inciso III, a, da CF/88, no lançamento de ITR/94, realizado com base na referida Lei.

Da revisão do VTNm.

A possibilidade de revisão do VTNm/ha, fixado através de ato normativo, depende da apresentação de Laudo Técnico de Avaliação emitido por profissional habilitado ou empresa de reconhecida capacitação técnica, devidamente anotado no CREA, e que demonstre o atendimento aos requisitos das Normas da ABNT (NBR 8799).

Da Instrução Normativa – Legalidade.

A IN que aprovou a tabela fixando os VTNm/há utilizados nos lançamentos de ITR, do exercício de 1994, não está sujeita aos princípios constitucionais da irretroatividade e anterioridade da lei tributária, pois não institui nem majora tributos.

Das alterações cadastrais.

Cabe alterar a área total e as áreas distribuídas/utilizadas do imóvel, nos termos do resultado da competente SRL.



Processo nº : 13128.000130/2001-47
Acórdão nº : 301-32.238

Lançamento Procedente em parte.

O impugnante, inconformado com o julgamento apresentado pela Delegacia da Receita Federal de Brasília – DF, interpôs recurso voluntário de fls. 95/101.

Da análise atenta do presente recurso, nota-se que o Recorrente reafirmou seus argumentos de impugnação ao lançamento, trazendo a baila todo histórico do processo administrativo, resumo do julgamento da Delegacia da Receita Federal, bem como, e principalmente, doutrina e legislação para fundamentar o alegado.

Destacou novamente a inconstitucionalidade da aplicação das Instruções Normativas 16/95, por não respeitarem os princípios da irretroatividade e anterioridade, vez que deveriam ser editadas até 31/12/1993 para terem incidência sobre o fato tributável. Finalmente, sustentou a nulidade do ato, por falta de motivação, e a tributação eventual sobre o valor oportunamente declarado.

É o relatório.



Processo nº : 13128.000130/2001-47
Acórdão nº : 301-32.238

VOTO

Conselheira, Susy Gomes Hoffmann Relatora

Conheço do Recurso por preencher os requisitos legais.

Trata-se de se saber da tributabilidade do ITR, seu regime de tributação e aplicação normativa consoante a Notificação de Lançamento de fls. 08, no qual é cobrado o Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural – ITR, relativo ao exercício de 1994, sobre o imóvel denominado “Projeto Refl. Cristalina”, localizado no Município de Cristalina – GO, com área total de 1.919,5 ha, cadastrado na SRF sob nº 4778538.1, perfazendo um crédito tributário total de R\$ 13.939,15.

Preliminarmente, todavia, tem-se nos autos alegação de vício de forma por falta de requisitos essenciais à validade do ato administrativo, como: ausência do nome do órgão, seu chefe, servidor, cargo, função, nos termos do artigo 11, do Decreto 70.235/72.

Neste sentido, desde já, reconhece-se que falta ao ato administrativo de lançamento à assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado à indicação de seu cargo ou função, e o número de matrícula, nos termos do inciso IV, do artigo 11, do Decreto 70.235/72.

Ademais, não se observou sequer o comando do parágrafo único desse mesmo artigo, que possibilita a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico sem a necessidade de assinatura, desde que identificada à autoridade competente.

Assim, em que pese os requisitos da notificação de lançamento serem obrigatórios, restou provado que não foram observados em sua plenitude, dando ensejo à nulidade do ato administrativo por vício de forma. Neste sentido, também já se manifestou este Colendo Conselho de Contribuintes, nos seguintes termos:

PROCESSO Nº : 10835.003132/96-40
SESSÃO DE : 17 de abril de 2001
ACÓRDÃO Nº : 301-29.675
RECURSO Nº: 122.124
RECORRENTE : ALCIDES CARLOS BOCCA
RECORRIDA: DRJ/RIBEIRÃO PRETO/SP

ITR – NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – NULIDADE.

Processo nº : 13128.000130/2001-47
Acórdão nº : 301-32.238

A Notificação de Lançamento sem o nome do órgão que o expediu, identificação do Chefe desse Órgão ou de outro Servidor autorizado, indicação do cargo correspondente ou função e também o número da matrícula funcional ou qualquer outro requisito exigido pelo artigo 11, do Decreto nº 70.235/72, é nula por vício formal.

E mais, essa matéria foi bem enfrentada pelo eminente Conselheiro Luiz Roberto Domingo, por ocasião do julgamento do Recurso nº. 121.298, que, pela similitude, também adoto como razões de decidir, transcrevendo os excertos seguintes:

“Como já verificado em grande parte dos lançamentos de ITR do exercício de 1994, a notificação em apreço não cumpriu os requisitos legais de expedição.

A constituição do crédito tributário é requisito obrigatório para viabilizar sua exigibilidade. Conforme ensinamentos de Paulo de Barros Carvalho, o fato jurídico somente se configura com sua tradução em linguagem competente, ou seja, formalizado nos termos prescritos em lei.

Para a constituição de crédito tributário a lei prescreve duas formas distintas, ambas atos administrativos que traduzem o lançamento de ofício: o Auto de Infração ou a Notificação de Lançamento, os quais devem obedecer os requisitos formais constantes nos artigos 10 e 11, respectivamente, do Decreto 70.235/72.

No que se refere especificamente à Notificação de lançamento, o art. 11 do Decreto nº 70.235/72 dispõe:

Art. 11. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterà obrigatoriamente:

I – A qualificação do notificado;

II – o valor do crédito tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação;

III – A disposição legal infringida, se for o caso;



Processo nº : 13128.000130/2001-47
Acórdão nº : 301-32.238

IV- A assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.

Parágrafo único – Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico. (destaque nosso)

Ressalta-se, que qualquer ato praticado pela Administração Pública que gera efeitos para o administrado, denomina-se Ato Administrativo. Dentre os requisitos do ato administrativo, a unanimidade da doutrina classifica como essencial o da legalidade. O princípio da Legalidade encontra fundamento constitucional no art. 37 da Carta Magna de 1988, que dispõe que:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,...” (grifos acrescentados ao original)

Somente será válido o ato administrativo que for expedido conforme a lei e conforme as exigências do sistema normativo.

Sob outra perspectiva, é direito do contribuinte, consagrado no art. 5º, inciso II, da CF/88 que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, ou seja, o princípio da legalidade traz em seu bojo que o ato que constitui obrigação para o contribuinte deve ser expedido nos extritos termos da lei.

Outra não é a prescrição do art. 142 do CTN

Art. 142 - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.



Processo nº : 13128.000130/2001-47
Acórdão nº : 301-32.238

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Sendo a atividade administrativa de lançamento vinculada, a autoridade competente deverá atentar para todas as normas do sistema de direito positivo para construir a norma de incidência, processar o fenômeno da subsunção e, então, expedir a norma individual e concreta com todos os requisitos exigidos em lei.

Na análise da norma individual e concreta em apreço (Notificação de Lançamento) de fls. 03, percebe-se, de plano, o cumprimento dos requisitos materiais de constituição do crédito tributário, ou seja, a identificação do sujeito passivo, da base de cálculo, alíquota, requisitos essenciais para o estabelecimento de uma relação jurídica tributária. Contudo, do ponto de vista formal, o ato administrativo deixou de cumprir o inciso IV do art. 11 do Decreto nº 70.235/72, por ausente a assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e, principalmente, a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula, o que implica vício formal.

Posto isto, voto pelo **PROVIMENTO** do presente recurso voluntário, para considerar nulo o lançamento de ITR-1994, por falta de requisitos essenciais a sua notificação, nos termos do inciso IV, do artigo 11, do Decreto 70.235/72.

É como voto.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 2005


SUSY GOMES HOFFMANN - Relatora